

COP30 em Belém: Entre a crítica logística e o contexto geopolítico¹

Ana Chagas²

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), a ser realizada em Belém, no Pará, já se tornou objeto de intenso escrutínio internacional. No centro das atenções estão os desafios logísticos e de infraestrutura da cidade anfitriã para acomodar um evento de tamanha magnitude. As preocupações são documentadas e legítimas, envolvendo desde a capacidade da rede hoteleira até soluções de transporte e segurança.

Contudo, a proeminência e a intensidade deste debate levantam um questionamento analítico: o foco nos desafios operacionais de Belém é proporcional e consistente com o tratamento dado a outras cidades-sede em edições recentes? E de que forma este escrutínio se relaciona com o estado atual — e particularmente tenso — das negociações climáticas globais? O objetivo deste artigo é explorar essas questões, contextualizando a polêmica de Belém em uma perspectiva mais ampla.

Desafios de infraestrutura não são uma particularidade da COP30. Na COP27 (2022), relatos de delegados e organizações não governamentais em Sharm el-Sheikh, Egito, indicavam preços de hospedagem proibitivos e dificuldades de acesso. Eu mesma sofri com cancelamentos de reservas em hotéis, sem a menor justificativa, simplesmente para majorar os valores cobrados em 300%.

Da mesma forma, a capacidade de Baku, capital do Azerbaijão, para sediar a COP29 (2024) também foi objeto de questionamentos prévios por parte de observadores. Aqui também enfrentei problemas com reservas canceladas sem justificativa, para que houvesse aumento exorbitante nos valores cobrados. E, dessa vez, acabei desistindo de participar.

No entanto, a percepção é que, em ambos os casos, tais questões foram enquadradas como desafios operacionais inerentes à escala do evento. Argumenta-se que não chegaram a dominar a narrativa principal ou a questionar a legitimidade fundamental dos anfitriões como se observa em relação a Belém, onde a questão logística adquiriu contornos de uma controvérsia central.

Paralelamente, é relevante notar que as três COPs anteriores (Egito, Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão) foram sediadas em países onde o espaço para a manifestação da sociedade civil é, segundo relatórios de organizações internacionais como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional, significativamente restrito. A participação plena de ativistas e ONGs, considerada por muitos um elemento vital para a ambição dos resultados de uma COP, enfrentou limitações consideráveis.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/cop30-em-belem-entre-a-critica-logistica-e-o-contexto-geopolitico.ghtml>

Acessado em 30.07.2025

² Advogada e sócia do Simões Pires na área de Ambiental, Mudanças Climáticas e ESG.

Isso cria um paradoxo analítico. Enquanto desafios operacionais em Belém recebem atenção proeminente, questões fundamentais sobre o ambiente democrático e a participação cívica em sedes anteriores ocuparam um espaço relativamente secundário no debate público global. A COP30, em contraste, ocorrerá em um ambiente de plenas liberdades democráticas, o que permite não apenas a livre manifestação da sociedade civil, mas também a ampla e irrestrita crítica às próprias falhas organizacionais do país anfitrião.

O contexto para esta discussão tornou-se ainda mais claro após a recente conferência preparatória em Bonn, Alemanha. A reunião terminou com um impasse declarado no tópico mais crítico para a COP30: a definição do Novo Objetivo Quantificado Coletivo de Financiamento (NCQG).

As posições mostraram-se profundamente divididas. De um lado, países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, postularam a necessidade de uma nova meta na casa dos trilhões de dólares, com financiamento predominantemente público e originário dos países desenvolvidos. De outro, nações desenvolvidas defenderam uma abordagem que inclui a ampliação da base de doadores e a ênfase na mobilização de capital privado. A ausência de progresso neste tema nevrálgico torna o ambiente político pré-Belém particularmente complexo.

O impasse técnico observado em Bonn não pode ser dissociado do cenário geopolítico global, que atua como um poderoso fator moderador da ambição climática.

Primeiramente, a instabilidade decorrente de conflitos em curso, como na Ucrânia e no Oriente Médio, gera consequências diretas. Ocorre um redirecionamento de vastos recursos financeiros e atenção política para questões de defesa e segurança nacional. Simultaneamente, a volatilidade nos mercados de energia levou algumas nações a priorizarem a segurança do fornecimento no curto prazo, por vezes em detrimento de metas de transição energética mais aceleradas.

Em segundo lugar, a incerteza política em atores-chave do sistema internacional, notadamente o cenário eleitoral nos Estados Unidos, introduz uma variável de risco significativa. A possibilidade de uma mudança abrupta na política climática da maior economia do mundo, incluindo uma eventual alteração de sua posição em acordos multilaterais, gera um ambiente de cautela. Analistas apontam que tal cenário pode desincentivar outras nações a assumirem compromissos de longo prazo e de alto custo, cuja eficácia depende de uma cooperação global estável.

Os desafios de infraestrutura da COP30 são reais e demandam soluções eficazes. Contudo, a análise conjunta dos fatores aqui expostos — a perspectiva histórica, a hierarquia das controvérsias, o impasse financeiro de Bonn e o complexo pano de fundo geopolítico — sugere que o intenso foco nas dificuldades logísticas de Belém pode estar sendo amplificado por um vácuo de progresso nos temas centrais da agenda climática.

A questão que se impõe para observadores, diplomatas e formuladores de políticas é, portanto, a de assegurar que os desafios operacionais, por mais relevantes que sejam, não se sobreponham à urgência e à complexidade dos acordos substantivos que a crise climática demanda. O sucesso da COP30 será medido, em última análise, pela capacidade coletiva de navegar e resolver ambos os desafios, com o devido senso de proporção e prioridade.